



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO CGE-CODUSP-LAI 364/2022

Número de referência: PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Solicitação de lista, contendo os nomes dos lista de servidores exonerados, demitidos, promovidos, readaptados, aposentados e falecidos nos cargos de Agente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo), - Agente Técnico de Assistência à Saúde (Assistente Social), - Enfermeiro no período de 2018 a 2022. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI nº 364/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Administração Penitenciária conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta, o órgão forneceu ao solicitante os dados quantitativos que dispunha em uma planilha. Em recurso a Pasta justificou para o solicitante os motivos para a negativa de acesso, conforme disposto nº Parecer CJ-SAP nº 144/2022, “.. o direito a informações não é direito absoluto. Ele é limitado pela legislação em vigor e pela própria Constituição Federal que protege a intimidade dos indivíduos e a higidez das instituições ...” . Insatisfeito, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do art. 27, II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Em análise, verifica-se que o órgão atendeu a demanda ao informar os quantitativos que dispunha e justificou a restrição de acesso, conforme previsto no Capítulo IV do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
4. Cabe ressaltar que é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção, de acordo com o art. 25 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação – LAI).

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

5. Considerando que o ente justificou negativa de acesso à parte das informações requeridas, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 16 de novembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202204727A